

Religião na política

PARTIDO DE DEUS OU ATEÍSMO?

Política deveria oferecer opções entre o fanatismo dos crentes e o imobilismo dos céticos

Por Luara Skrzek
e Marianne Bufalo

De um lado, os que acreditam que religião e política estão inexoravelmente ligadas entre si. Do outro, aqueles que expressam completo repúdio à interferência da religião no campo político. Embora a busca pela religiosidade tenha aumentado nos últimos anos, é possível sentir os efeitos que a secularização trouxe consigo, no sentido de que as correntes atéias, ou contrárias às instituições religiosas conservadoras, vêm soltando sua voz. Talvez a questão esteja sendo interpretada somente como dois extremos inconciliáveis. Mas será que realmente o são?

Atualmente, um dos raros (senão o único) regimes teocráticos em vigência acontece no Vaticano. O poder político de seus representantes é legitimado por uma autoridade divina. Sendo assim, o papa ocupa, ao mesmo tempo, o cargo de administrador do Vaticano, na Itália, e, também, o de sumo sacerdote do Catolicismo, escolhido para o cargo por cardeais que se acreditam inspirados por Deus. No Japão, por exemplo, o imperador era considerado descendente direto dos deuses que criaram a Terra. O Tibete vivia sob a direção de um supremo sacerdote e guia espiritual do budismo tibetano. Até mesmo nas épocas remotas do antigo Egito, quem governava o povo era o Faraó, descendente direto dos deuses. É importante não confundir teocracia com Estados confessionais, onde uma única religião é reconhecida pelo Estado, podendo ou não ser privilegiada por isso. O Brasil é considerado um Estado laico, ou seja, a forma de governo é independente de qualquer religião. A princípio, ambos devem ficar em campos distintos.

A religião passa a ser retrocesso político quando se torna o único fator de julgamento para escolher em que votar.

O **Contraponto** foi até a casa do dirigente do PSOL, Plínio de Arruda Sampaio e em entrevista, o ex-candidato a presidência de 2010 afirmou que “o risco do homem religioso na política é o fanatismo”. Ex-militante da Juventude Universitária Católica, da qual foi presidente, e na Ação Popular, organização de esquerda surgida a partir dos movimentos leigos da Ação Católica Brasileira, além de um dos mais respeitados intelectuais de esquerda católica, Plínio é a favor de um aprofundamento da reforma agrária no Brasil, sendo presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Para ele, a religião não é opressora quando parece estar intrinsicamente ligada à política, uma vez que o questionamento de muitos preceitos são propulsores de uma reflexão maior por parte dos eleitores.

Homem público X Homem religioso

– “O homem público é preocupado e engajado



Luara Skrzek

Plínio de Arruda Sampaio: já octogenário lançou sua candidatura à presidência do Brasil, em 2010, animado pelo espírito público

“ O RISCO DO HOMEM RELIGIOSO NA POLÍTICA É O FANATISMO ”
(PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO)

com os problemas sociais. Se ele tem vocação, é ao mesmo tempo um homem religioso e público, ou seja, um homem que atua nos organismos do Estado, como representante da comunidade. O cristão verdadeiro, mesmo que não tenha vocação para ser representante da sociedade, é um homem público também, na medida em que ele se interessa, acompanha, vê, conhece e, sobretudo, que vota, participa em função desse e de outros conhecimentos”.

Candidatos religiosos X Candidatos ateus – “É difícil estabelecer a relação entre os que, por causa do candidato se declarar religioso, não votam nele, o combatem, ou pelo mesmo motivo, o apóiam. Eu sou um homem religioso e eu proclamo publicamente a minha religião. Tenho recebido apoios fantásticos pelo fato de ser religioso, como também tenho notado resistências, dificuldades dentre aqueles que não votariam em um homem por ser católico ou religioso. Ainda existe um certo preconceito de ambas as partes. Os religiosos atrelam tudo de errado aos ateus e o contrário também acontece.

Os eleitos, pelos eleitores – “A visão das pessoas em relação aos políticos, de que ‘esses não fazem nada, são todos corruptos’, é uma visão perigosa, anti-democracia, e que pode ser propulsora da ditadura. Não tem nenhum dado

empírico que demonstre que os militares são mais honestos que os políticos. Deve ser o mesmo percentual de sujeitos safados e de gente correta. A grande maioria dos políticos é correta: quem incentiva esse pensamento é a grande mídia, que quer ter os políticos ‘fracos’ para poder exercer maior influência sobre o povo”.

Religião como retrocesso político?

– “Não, de modo algum. Se você subordinar decisões políticas a ordens religiosas irracionais aí será um retrocesso. O risco do homem religioso na política é o fanatismo. Mas aí ele é um falso religioso, na verdade é um doente que expressa na religião um recalque. Sou católico, mas nem por isso concordo com alguns preceitos da minha religião. Acredito que alguns preceitos religiosos na política podem até mesmo ocasionar o progresso. Sou publicamente um defensor da reforma agrária, e a religião prega isso: igualdade social, amor ao próximo, dar a quem não tem, todos são iguais. Sendo assim a desigualdade no campo é anticristã. O MST é discriminado, injustiçado. Se a religião carrega consigo tais valores de ajuda a sociedade, ainda assim pode ser considerada retrocesso? Não concordo com isso. O que causa retrocesso são os discursos moralistas e hipócritas, que não conduzem a coisa nenhuma. A política é uma crítica da religião. Eu mesmo critiquei muitas vezes”.

Nas ruas, a opinião das pessoas ainda

parece estar muito atrelada a tradições conservadoras, dificultando a quebra do preconceito em relação às pessoas que se declaram como atéias. “Não votaria em um candidato ateu. Se ele não tem Deus no coração, certamente não fará coisas boas para o povo brasileiro. Além disso, a religião ensina valores que ele não aprenderá em lugar nenhum”, opinou Maria Sofia de Vasconcelos, 46 anos, dona de casa.

Esse pensamento predominou nos entrevistados com faixa etária acima dos 35 anos. Entretanto, o número de jovens que se declaram como não tendo uma religião oficial aumentou nos últimos anos. Entre 25% e 30% dos jovens com 20 e poucos anos dizem que não tem afiliação religiosa alguma – cerca de quatro vezes mais do que em qualquer geração anterior. E essa mudança de comportamento é percebida ao se interrogar alguns deles. “Votaria em um candidato independentemente da sua posição religiosa, e até mesmo se ele não seguisse nenhuma religião. Acho importante alguns valores que as religiões passam, mas acredito que hoje, ética, comprometimento e bondade não têm a ver com religião. É quase um senso comum o que se deve fazer para a melhoria da humanidade. Você acreditar ou não em Deus não determina seu caráter”, afirmou Glaucia Borges, 18 anos, estudante.

O artigo **“Política e religião: separados, mas aliados”** escrito por Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome, propõe uma discussão a respeito da espiritualidade na política, relativizando a retirada total

da religião no Estado.

“‘A César o que é de César e a Deus o que é de Deus’. A civilização ocidental esperou até o início da Idade Moderna para que esse ensinamento cristão se traduzisse nas teorias de constituição do Estado, a partir dos conceitos de secularização desenvolvidos pelos contratualistas, tendo em Hobbes a principal referência. Separa-se o trono do altar, a Igreja do Estado, o poder invisível (espiritual) do poder visível (temporal, do Estado), representando uma conquista civilizatória.

Ninguém questiona a importância de um Estado laico, plural, tolerante, republicano, para que possa agir de maneira independente na defesa do bem comum. Os valores trazidos pela secularização têm essa dimensão republicana, tão cara às democracias modernas. Mas reconhecer isso não nos impede de perguntar: em que medidas estamos correndo o risco de distorcer o conceito e usar a defesa de uma pretensa secularização para promover um esvaziamento ético e espiritual da vida pública?

Uma coisa é estabelecer campos distintos entre Igreja e Estado e assim deve se organizar a vida pública. Isso não pode implicar em banir a dimensão espiritual, eliminar a possibilidade de trocas entre os vários campos da mesma vida pública. Dizia Hannah Arendt, ao analisar historicamente esse processo de separação em seu livro *A Condição Humana*: ‘a secularização significa separação entre Igreja e Estado, entre religião e política (...) e não uma perda de fé e transcendência ou um novo e enfático interesse nas coisas do mundo’.”

Patrus também cita exemplos de líderes religiosos que se tornaram importantes líderes políticos: “Mahatma Gandhi é um grande exemplo de encontro das duas dimensões do homem na vida pública. Para ele, quem dizia que política e religião não têm relação entre si não entendia de nenhuma das duas coisas. A Igreja separa-se do Estado para que não submeta as questões plurais das relações sociais a leis eternas. Mas não podemos nos esquecer que as vontades dos homens que governam e decidem os futuros do mundo carecem de referências éticas e morais, dois grandes temas das questões religiosas”.

Por fim, ele deixa claro que a Igreja não deve funcionar como aparelho do Estado, mas que é possível um diálogo entre essas duas grandes instituições:

“Isso não significa, obrigatoriamente, uma simples inclusão da Igreja como aparelho de Estado, não implica em trazer a igreja para a burocracia estatal. Essa é a estrutura que alguns contratualistas apontam como a porta de dominação do povo pela religião. Mas as esferas de poder, mantidas em campos distintos, porém dialogantes, pode nos trazer grandes ganhos, sobretudo na defesa do bem comum e, numa dimensão libertária da religião, investir em uma educação emancipadora que mantenha e fortaleça no ser humano o desejo de ir além”.

A SECULARIZAÇÃO SIGNIFICA SEPARAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO, ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA (...) E NÃO UMA PERDA DE FÉ E TRANSCENDÊNCIA OU UM NOVO E ENFÁTICO INTERESSE NAS COISAS DO MUNDO

(HANNAH ARENDT)

“Não deveríamos ter partidos de Igrejas”

A equipe do **CP** foi conversar com o professor de sociologia, Aléxis Gallucci, que sempre se mostrou um crítico da religião em instituições públicas.

Contraponto – Em sua opinião, as pessoas deixariam de votar em um candidato que declarasse publicamente que é ateu?

Aléxis Gallucci – Mesmo o Estado sendo considerado Laico, a base da sociedade brasileira é a cristã. Um candidato se declarar ateu é ir de encontro com toda a mentalidade e a cultura criada a partir do cristianismo. Temos o caso clássico do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que, em 1985, se declarou ateu, mas voltou atrás para concorrer nas eleições de 1994.

CP – Até que ponto os preceitos e valores das religiões podem contribuir para mudanças positivas na sociedade? E o contrário: até que ponto eles podem interferir negativamente?

AL – Não importa qual seja a religião. Ela tem um sentido para existir, que é dar assistência ao povo mais carente. A Fé serve como uma fonte de inspiração e esperança. Muitos preceitos que são ensinados nas religiões contribuem para uma sociedade melhor, o problema é que na religião existem dogmas. De uma maneira mais simples, a religião controla e acaba contribuindo para algumas coisas ruins no convívio social, como a intolerância a outras religiões, ao homossexualidade, ao estilo de música e etc. Essa intolerância acaba se tornando ódio e violência verbal, moral e física. Por isso Marx dizia que a religião é o ópio do povo. Ela tira a sociedade de uma realidade e deposita na sua quantidade de fé a possibilidade de mudança, sendo que a mudança deve partir do próprio homem.

CP – Em quais situações você acha que a religião na política é um retrocesso?

AL – Particularmente, abomino partidos políticos vinculados a Igrejas. Geralmente, eles se aproveitam da fé do mais humilde para angariar votos. Além disso, como posso confiar que, um deputado de uma determinada religião, não seja intolerante, por exemplo, ao homossexualidade. Então fica complicado misturar as estações. Se o Estado é Laico, não deveríamos ter partidos de Igrejas. Fé, religião e esse tipo de coisa é algo muito delicado, fazem parte da vida privada de cada indivíduo.

CP – Você já votou ou deixou de votar em alguém por causa da posição religiosa?

AL – Eu gostava muito do PV (Partido Verde), mas deixei de votar ao saber que era um partido ligado à Universal. Mas não me importo de algum candidato se declarar de uma religião x ou y, o que me incomoda é quando ele muda seus preceitos políticos em função da religião, como a Marina Silva, por exemplo, que já se declarou evangélica e contrária à união civil gay.



Como na Idade Média, Papa de braços abertos abençoa governantes



Eymael, político famoso por ser “um democrata cristão”

tuaraskrzek@hotmail.com
mary_b_vasconcelos@hotmail.com